



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

10ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas

Resumo de ATA

30 de maio de 2012

Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B
Ed. Marie Prendi Cruz
Brasília – DF

Aos trinta dias do mês de maio de 2012, na Sala T-13, Ed. Marie Prendi Cruz situado na SEPN 505, Brasília-DF, realizou-se a décima Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, sob a coordenação da Sra. Ana Paula Leite Prates, Diretora do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente e Ponto Focal Nacional para a Convenção de Ramsar.

1. MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO:

Roberto Brandão Cavalcanti – SBF/MMA (Presidente do CNZU)
Ana Paula Prates – SBF/MMA (Autoridade Administrativa Nacional)
Antônio Soler – CEA/FBOMS
Davi Bonavides – Divisão de Meio Ambiente do Itamaraty
Davi Rocha – SRHU/MMA
Débora Calheiros – Rede Pantanal
Felipe Barbosa – SEDR/MMA
Flávia Mochel – SBPC
Gislaine Disconzi – Birdlife Internacional/SAVE Brasil
Kleber Santos – MAPA
Laís de Moraes Rego Silva – ABEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente/MA)
Leonardo Maltchik – Sociedade Brasileira de Limnologia
Luiz Preto – ANA
Rômulo Melo – ICMBio
Sérgio Mattos – MPA
Wilson Bonança – CNA
Yara Schaeffer Novelli – Rede MangueMar

DEMAIS PRESENTES:

Henry Novion – GBA/SBF/MMA (Ponto focal técnico da Convenção no Brasil)
Carlos Hugo Suarez Sampaio - ASIN/MMA
Maurício Pompeu – GBA/SBF/MMA
Raquel Carvalho – Especialista em Convenção de Ramsar
Rodrigo Justo – CNAAbertura

Ana Paula Leite Prates, Diretora do Departamento de Áreas Protegidas e Ponto Focal Nacional para a Convenção de Ramsar, iniciou a reunião dando as boas vindas a todos e passou a palavra ao Secretário de Biodiversidade e Florestas, Roberto Cavalcanti, que formalizou a abertura da 10ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional das Zonas Úmidas.

Após a apresentação de cada um dos presentes, o Sr. Roberto Brandão Cavalcanti fez elogios sobre a capacidade e representatividade do grupo participante, ressaltou a importância ecológica das Zonas Úmidas e do papel do Comitê para a conservação das zonas úmidas e propôs aos participantes um debate sobre o planejamento de seus usos, que não deve permanecer restrito apenas à esfera ambiental. Adicionalmente, o Secretário Roberto Brandão Cavalcanti também fez referência à Lei Federal 12.651 (que revoga a Lei Federal 4.771/65), sancionada pela Presidente da República no dia 25 de maio de 2012, fazendo referência aos amplos debates e discussões envolvendo o Ministério do Meio Ambiente.

Yara Schaeffer Novelli (Rede mangueMar) destacou os desvios da atual Lei que dispõe sobre florestas nativas quanto a alterações significativas no tocante às Áreas de Preservação Permanente, Matas Ciliares e Topos de Morro, ao criar textos contraditórios dentro do próprio documento. No tocante ao ecossistema manguezal, foi introduzido pela Medida Provisória 571/2012, sancionada pela Presidente da República na mesma data da Lei Federal 12.651/12, capítulo disponibilizando a feição apicum, pertencente ao ecossistema manguezal, à empreendimentos da iniciativa privada quais sejam, a carcinocultura e de salinas. Outros membros do CNZU, entre eles Flávia Rebelo Mochel (Universidades/SBPC), Antonio Soler (FBOMS) e Leonardo Maltchik (SBLimnologia), se juntaram às manifestações feitas pela representante da Rede MangueMar.

2. Informes Gerais

Inicialmente, foi informado o que ocorreu nas últimas reuniões das Comissões Técnicas do Comitê Nacional de Zonas Úmidas. Relatou-se que a **Comissão Técnica de Corais** ainda não havia iniciado efetivamente seus trabalhos devido a restrições orçamentárias e, quando houve condições financeiras para a retomada, boa parte dos membros não mais representavam os órgãos a que trabalhavam, havendo a necessidade de nova designação de representantes. A Secretaria Executiva do CNZU informou que iria atualizar a composição da Comissão, com a publicação de nova Portaria Ministerial, e externou a intenção de realizar uma reunião para o semestre seguinte.

No que se refere à **Comissão Técnica de Manguezais**, foi anunciada a realização de sua terceira reunião ordinária, no dia 28/05/2012, quando foi relatado o estado da arte da execução do Projeto Manguezais do Brasil, particularmente o andamento das ações realizadas nas cinco áreas piloto do projeto; foram apresentadas as principais políticas, projetos e programas nacionais que contemplam a questão manguezais; e realizada a primeira discussão sobre o Plano Nacional de Conservação de Manguezais. Na ocasião, entre outros temas abordados, foram discutidos a estrutura e metodologia para elaboração do plano, além de eventuais estratégia de comunicação, agenda, cronograma e responsáveis.

3. **Informe Internacional**

Foi relatada a realização da V Reunião Panamericana da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, ocorrida na Jamaica, em dezembro de 2011. Na ocasião, representantes brasileiros participaram de discussões sobre: sítios Ramsar e manejo de zonas úmidas; zonas úmidas e mudanças climáticas; zonas úmidas e setor empresarial; iniciativas regionais e turismo; zonas úmidas e recreação. Ademais, foram discutidos, em grupos de países organizados em sub-regiões, os projetos de resolução que seriam apreciados na COP 11 de Ramsar. Ademais, relatou-se a participação do Brasil na elaboração dos documentos resultantes da reunião: Declaração de Kingston e a proposta de resolução sobre a revisão das Fichas Informativas de Ramsar.

O último informe versou sobre a publicação feita pelo MMA da revista **“Turismo em Zonas Úmidas: uma grande experiência”**. A Revista faz parte das atividades planejadas pela Convenção para o Dia Mundial das Zonas Úmidas, cujo tema de 2012 foi o Turismo em Zonas Úmidas. A publicação em questão é uma tradução do material proposto pelo Secretariado de Ramsar, com adaptações ao contexto brasileiro.

Após a aprovação da ata da 9ª Reunião do CNZU, iniciaram-se as discussões a respeito de duas minutas de recomendações CNZU.

4. **Recomendação que “dispõe sobre critérios para designação de Sítios Ramsar e elenca Áreas Protegidas a serem indicadas como potenciais Sítios de Importância Internacional - Sítios Ramsar”**.

Dando prosseguimento à reunião, iniciou-se a discussão sobre o resultado final da Comissão Sobre Critérios para Designação de Sítios Ramsar, consubstanciado em uma minuta de Recomendação.

Mencionou-se que a proposta é fruto de uma série de reuniões, sendo que a primeira ocorreu no dia 18 de novembro de 2010, quando os principais objetivos da Comissão foram traçados. Na segunda reunião, ocorrida nos dias 13 e 14 de abril de 2011, foram discutidos os critérios para designação de novos Sítios Ramsar, e a última reunião ocorreu dia 28/05/2012, quando houve a elaboração da minuta de recomendação, onde é apresentada, além dos critérios utilizados, uma lista de Áreas Protegidas candidatas a se tornarem Sítios Ramsar. Maiores detalhes sobre construção da proposta encontra-se no relatório da comissão.

Antes da aprovação da Recomendação, que sofreu pequenas alterações durante as discussões, o Sr. Kleber Santos (MAPA) solicitou que constasse em ata que: “reconhecendo a importância dos aspectos ambientais, a exemplo dos recursos genéticos e serviços ecossistêmicos, da questão de novos critérios para sítios Ramsar, o MAPA [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento] registra a necessidade de se avaliar os impactos socioeconômicos da adoção de novos critérios e de novas indicações de sítios Ramsar”.

A Recomendação nº05 do CNZU que **“dispõe sobre critérios para designação de Sítios Ramsar e elenca Áreas Protegidas a serem indicadas como potenciais Sítios de Importância Internacional - Sítios Ramsar”** foi aprovada por unanimidade. **Recomendação que “dispõe sobre planejamento dos usos dos recursos**

naturais na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, com especial atenção à expansão de projetos de geração de energia hidrelétrica em prejuízo à conservação do pulso de inundação do Pantanal Mato-Grossense”.

A Recomendação foi apresentada pela proponente, representante da Rede Pantanal, que destacou que o assunto fora debatido no CNZU desde 2009 e que a referida recomendação seria o resultado de muitas discussões. A representante agradeceu ao CNZU por acolher a Recomendação, uma vez que o Pantanal é uma das maiores zonas úmidas do mundo e que, até o momento, existiam mais de 100 PCHs previstas para implantação na região.

Foram elencados inúmeros motivos para que não fossem construídos tais barramentos. Além dos aspectos ecológicos, foi mencionado que a Bacia Hidrográfica já possui 70% de seu potencial hidrelétrico utilizado e que as usinas em processo de licenciamento representam muito pouco em produção de energia em se tratando de Brasil.

Ao final da apresentação, a Sra. Ana Paula Prates informou que a versão final da Recomendação também era fruto de um processo de discussão interno do MMA, que envolveu reuniões e consultas à outras áreas afetas ao tema, particularmente a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural - SEDR/MMA e à Agência Nacional de Águas - ANA.

Por fim, a Recomendação foi aprovada por unanimidade com a ressalva de que o trecho dos “considerandos” seria atualizado com base nas conclusões emanadas da COP-11 da Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas (que seria realizada na primeira quinzena de julho, na Romênia), uma vez que na reunião de Ramsar seria negociada uma decisão específica sobre questões energéticas, mais precisamente o Projeto de Resolução XI.19 - Zonas Úmidas e Questões Energéticas). Além disso, também no trecho dos “considerandos”, seria inserido um parágrafo remetendo às decisões da CDB - Convenção da Biodiversidade – afetas ao tema.

5. Propostas de Resolução da COP 11 - Ramsar

Dando continuidade à reunião, a fim de subsidiar a participação da delegação brasileira na 11ª Conferência das Partes da Convenção de Zonas Úmidas, que seria realizada entre os dias 06 e 13 de julho na Romênia, o CNZU iniciou as discussões acerca dos projetos de resolução (*Draft Resolutions*) que seriam apreciadas durante a Conferência. A discussão sobre as propostas de Resoluções foram feitas com base nos documentos oficiais disponibilizados pelo Secretariado da Convenção em seu sítio eletrônico ([Resoluções Ramsar](#)), encaminhadas previamente aos membros do CNZU, juntamente com uma análise resumida das Resoluções identificadas como prioritárias.

No que se refere às discussões sobre as Resoluções mais importantes da Conferência (11 de 23 resoluções previstas), optou-se por uma exposição sucinta de cada uma delas, destacando-se os principais pontos identificados em cada uma. Após a apresentação de cada Resolução, seguiu-se um debate aberto aos membros do CNZU para comentários e destaques relativos aos pontos de maior importância.

A primeira Resolução a ser discutida foi a que abordava a Reforma Administrativa do Secretariado da Convenção, centrada na discussão sobre a acolhida institucional do Secretariado, com as opções entre: o status quo – permanência do Secretariado sob coordenação da União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN e a alternativa de que o Secretariado deveria ser recepcionado pelo sistema de convenções da ONU, especificamente pelo PNUMA-Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Não houve consenso quanto a melhor opção e o CNZU não se posicionou formalmente.

A segunda Recomendação discutida foi a que se referia ao tema do Turismo em Zonas Úmidas. Discutiu-se a necessidade de se resgatar a definição de uso sustentável da CDB, uma vez que a definição de Turismo Sustentável da Resolução, oriunda da Organização Mundial do Turismo, calcava-se mais na sustentabilidade do turismo, via aproveitamento das Zonas Úmidas, do que no papel do turismo para o uso sustentável das Zonas Úmidas. Sugeriu-se a redação de uma nova definição de turismo sustentável em Zonas Úmidas, a qual deveria ser submetida à COP-11.

Dando sequência às discussões, apresentou-se a Resolução que se referia à Mudanças Climáticas e Zonas Úmidas; seguida da Resolução sobre Zonas Úmidas e Questões Energéticas; sem maiores sugestões do Comitê sobre o mérito e a redação das mesmas.

Posteriormente, foram apresentadas as duas Resoluções que versavam sobre o novo modelo das FIR - Fichas Informativas de Ramsar (nova ficha e novo guia de preenchimento da FIR). Na ocasião foram feitas sugestões para que se preservassem os campos da FIR que permitiam o preenchimento com informações contextualizadas complementares aos campos da FIR que, no modelo novo, estavam demasiadamente orientadas para o preenchimento on line, com opções de escolhas pré-determinadas (campos de marcar “x”), sem a possibilidade de se qualificar a informação com textos adicionais. Entendeu-se que a contextualização das informações, em campos que comportam a inserção de textos, permitiria qualificar o tipo de informação a ser assinalado. Opção essa que deveria ser levada à COP.

Após o debate das FIRs, foi apresentado o novo Marco Integrado para evitar, mitigar e compensar as perdas de zonas úmidas, instrumento orientador para a tomada de decisões de países que estejam enfrentando, enfrentaram ou irão enfrentar algum tipo de ameaça/impacto às Zonas Úmidas. Posteriormente, foi debatida a Resolução referente aos ajustes ao Plano Estratégico de Ramsar. Essa resolução ilustrava a contribuição que a implementação do Plano Estratégico de Ramsar tem para se alcançar as Metas de Aichi e o Plano Estratégico da CDB.

Sequencialmente, discutiu-se a Resolução sobre a promoção de investimentos responsáveis e, por fim, apresentou-se a Resolução sobre o marco integrado para vincular a conservação e o uso racional das zonas úmidas com a erradicação da pobreza. Sobre esse tema, foi destacado que a erradicação da pobreza é uma agenda prioritária do governo brasileiro, que a tem encampado em todos os fóruns internacionais, particularmente em um esforço de fortalecer essa agenda em uma abordagem transdisciplinar e transversal.

Ao final, mencionou-se a realização da reunião de coordenação pelo Itamaraty e demais órgãos do governo, onde seria definida a posição do Brasil em relação às Resoluções a serem negociadas na COP 11. Na oportunidade, foi solicitado aos membros do CNZU que por ventura tivessem comentários adicionais sobre as resoluções discutidas ou sobre as demais, que as enviassem à Secretaria Executiva do CNZU, para que as mesmas fossem discutidas e, eventualmente, inseridas nas instruções para a delegação na COP-11.

6. Discussão sobre o processo de revisão do Código Florestal

Encerradas as discussões dos pontos de pauta previstos para a reunião, alguns membros do CNZU sugeriram a elaboração de uma Moção posicionando-se sobre o processo de revisão do Código Florestal. Entretanto, outros representantes manifestaram restrições em aprovar um posicionamento para o qual não estavam instruídos por seus órgãos e instituições, uma vez que a proposta não constava na pauta do CNZU e tampouco fora apreciada previamente pelos membros do Comitê.

7. Encerramento

Ao fim, sob a coordenação da Sra. Ana Paula Leite Prates, Diretora do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente e Ponto Focal Nacional para a Convenção de Ramsar, deu-se por encerrada a décima Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.